

de 2014), do Vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, subdelego no chefe do Departamento de Apoio da Direção do Serviço de Pessoal, capitão de mar e guerra Paulo Jorge da Silva Ribeiro, a Competência que me é conferida para, no âmbito administrativo-financeiro, autorizar despesas até ao limite de 15 000,00 (quinze mil) euros com a locação e aquisição de bens e serviços.

2 — O presente despacho produz efeitos no período compreendido entre o dia 30 de novembro e o dia 8 de dezembro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Chefe do Departamento de Apoio da Direção do Serviço de Pessoal, capitão de mar e guerra Paulo Jorge da Silva Ribeiro, que se incluíam no âmbito desta delegação de competências.

29 de janeiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Pessoal, *Francisco José Nunes Braz da Silva*, contra-almirante.

207590643

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 2270/2014

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero das funções de motorista no meu gabinete, Diogo Afonso Pêres Mósca, assistente operacional do mapa de pessoal da Direção-Geral da Política de Justiça, com efeitos a 29 de dezembro de 2013, funções para as quais tinha sido designado pelo despacho n.º 5064/2013, de 8 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 15 de abril.

2 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

6 de janeiro de 2014. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

207587444

Despacho n.º 2271/2014

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública; e

Considerando os resultados obtidos em sede do procedimento concursal desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, para o cargo de Subdiretor-Geral da Política de Justiça e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do referido Estatuto,

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, e na sequência de procedimento concursal, o licenciado Renato Jorge dos Santos Carvalho Gonçalves para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de Subdiretor-Geral da Política de Justiça, a que se refere o n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, e o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho.

2 — Nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, a direção do Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios, da Direção-Geral da Política de Justiça, é assegurada pelo Subdiretor-Geral Renato Jorge dos Santos Carvalho Gonçalves.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 1 de fevereiro de 2014

30 de janeiro de 2014. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota curricular

Identificação: Renato Jorge dos Santos Carvalho Gonçalves.

Data de nascimento: 20 de fevereiro de 1975.

Habilitações académicas e profissionais:

1998: licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

Desde 20 de setembro de 2012, exerce em regime de substituição o cargo de subdiretor-geral da Direção-Geral da Política de Justiça.

Desde agosto de 2008: exerceu funções, em regime de nomeação, como consultor de política legislativa na Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça (MJ), tendo neste contexto participado em diversos projetos e grupos de trabalho como representante desta Direção-Geral, dos quais se destacam:

2011-2012: membro do grupo de trabalho que procedeu à avaliação sucessiva do regime jurídico dos julgados de paz;

2011: participação nos trabalhos de preparação do anteprojeto de revisão do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas;

Desde 2011: membro suplente da Comissão de Regulação do Acesso a Profissões (CRAP), designado por despacho da Ministra da Justiça;

2011: coordenação do grupo de trabalho constituído no seio do Ministério da Justiça por despacho do Ministro da Justiça que procedeu à elaboração de um relatório sobre o levantamento e análise dos processos pendentes nos domínios da ação executiva, do processo laboral e das insolvências, realizado no contexto dos compromissos assumidos por Portugal no Memorando de Entendimento celebrado com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu;

2010-2011: designação como membro da Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Europeu para o Voluntariado (AEV-2011);

2010-2011: participação num grupo de trabalho que procedeu à elaboração de um anteprojeto de transposição da Diretiva n.º 2009/109/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, tendo assumido funções de coordenação;

2010: participação num grupo de trabalho que procedeu à revisão das condições mínimas garantidas aos trabalhadores administrativos de setores económicos não abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva;

2010: coordenação do grupo de trabalho que procedeu à realização de um estudo de avaliação sucessiva do regime da insolvência, o qual se encontra publicado em <http://www.dgpj.mj.pt/>;

2010: participação num grupo de trabalho que procedeu ao estudo de diversos regimes comparados em matéria do estatuto jurídico do defensor oficioso;

2009: participação em grupo de trabalho que procedeu ao estudo comparado de diversos regimes de cobrança de dívidas;

2009: membro do grupo de trabalho interministerial que procedeu à revisão do Código de Processo do Trabalho;

2009: nomeado para a Comissão de Acompanhamento do Sistema de Acesso ao Direito, constituída ao abrigo do artigo 32.º da Portaria n.º 10/2008, de 3 de janeiro, tal como sucessivamente alterada, tendo coordenado a referida Comissão durante os trabalhos;

2008-2009: participação em diversos fóruns internacionais nos quais foram debatidos alguns aspetos do direito societário europeu, acompanhando a negociação de diversos instrumentos de direito da União Europeia;

2001 a 2008: exerceu funções como jurista na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, tendo transitado por diversos departamentos, nos quais foi chamado a colaborar em inúmeros projetos legislativos e regulamentares, bem como em diversos pareceres sobre questões do âmbito do direito dos valores mobiliários e do direito societário, destacando-se a sua participação nos grupos de trabalho que procederam à transposição da designada Diretiva dos Ativos Elegíveis, bem como da Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros, tendo ainda colaborado na revisão do regime jurídico dos organismos de investimento coletivo (RJOIC);

1998-2001: Exerceu advocacia como advogado estagiário e como advogado, tendo acompanhado os mais diversos assuntos, dos quais se destacam o direito da família e das sucessões, o direito societário e o direito do trabalho.

207587517

Despacho n.º 2272/2014

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública; e

Considerando os resultados obtidos em sede de procedimentos concursais, desenvolvidos nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, para os cargos de Subdiretor-Geral da Administração da Justiça e a fundamentação constante das propostas de desig-

nação elaboradas pelo respetivo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do referido Estatuto:

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, e na sequência de procedimentos concursais, as licenciadas Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo e Cristina Maria Lopes da Silva para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercerem os cargos de Subdiretoras-Gerais da Administração da Justiça, a que se referem o n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, e o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 165/2012, de 31 de julho.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, as notas curriculares das designadas são publicadas em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

30 de janeiro de 2014. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo
Data de nascimento: 10 de outubro de 1972

Habilitações académicas: Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa

Carreira e categoria profissional: Inspectora da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça

Experiência profissional:

Diretora de Serviços Jurídicos e Cooperação Judiciária Internacional da Direção-Geral da Administração da Justiça, desde janeiro de 2013;

Chefe de Divisão de Apoio Jurídico e Cooperação Judiciária Internacional da Direção-Geral da Administração da Justiça, em regime de substituição, de novembro de 2011 a dezembro de 2012;

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, de maio de 2009 a junho de 2011;

Assessora do Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, de abril de 2007 a abril de 2009;

Inspectora da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, desde março de 2005;

Técnica superior Assessora da Direção dos Serviços de Assuntos de Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, de setembro de 1999 a dezembro de 2004;

Técnica Superior Assessora do Gabinete para os Assuntos Legislativos do Governo de Macau, de janeiro de 1997 a setembro de 1999.

Formação profissional mais relevante:

Curso de Liderança e Gestão de Pessoas nos Serviços Públicos (LID-GEP), ministrado pela Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA;

Curso de Representação do Estado em Juízo, ministrado pelo ICJP da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Curso de Pós-Graduação em Legística e Ciências da Legislação, ministrado pelo ICJP da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Curso de Produção Legislativa, ministrado pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Macau;

Curso de Extensão Universitária em Direito Administrativo, ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau.

Outras atividades:

Formadora junto dos tribunais em ações de formação na área da cooperação judiciária internacional;

Elaboração de diversos diplomas legais e regulamentares, no âmbito de processos legislativos, na área da justiça e na área da economia (setor do turismo), individualmente e como membro de grupos de trabalho;

Representante de Macau no 1.º, 2.º e 3.º Fórum Asiático para a Privacidade e Proteção de Dados, realizados, respetivamente em Hong Kong, Seul e Sidney.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Cristina Maria Lopes da Silva;
Data de nascimento: 13 de novembro de 1962.

Experiência profissional:

Desde 2010 — Subdiretora-geral na Direção-Geral da Administração da Justiça;

De 1992 a 2010 — administradora/executiva na sociedade Oxivida-Gases Medicinais, S. A.;

De 1996 a 2010 — consultora da administração na sociedade AC-Biocosmética, S. A.;

De janeiro de 1990 a fevereiro de 1998 — diretora na Sociedade Gasin-Gases Industriais e Medicinais, S. A.;

De 1989 a 1990 — adjunta da administração da sociedade Reeves, S. A.;

De 1987 a 1990 — docente no Ensino Secundário.

Formação académica:

Licenciada em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto;

Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto;

Pós-graduação em Direito Fiscal, pela Faculdade da Universidade de Direito do Porto;

Fase curricular do mestrado em Direito da Concorrência, na Universidade Lusíada.

207587493

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Despacho n.º 2273/2014

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2, 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, designo para exercerem as funções de motoristas do meu gabinete, José Luís Mota Peres e Eurico Abraão do Rosário Vaz, assistentes operacionais do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 — Os encargos com a remuneração dos designados são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12, 13 e 14 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei, as notas curriculares dos designados são publicadas em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 30 de dezembro de 2013.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

17 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, *António Manuel Coelho da Costa Moura*.

Nota Curricular

Dados pessoais

Nome: José Luís Mota Peres
Nacionalidade: Portuguesa
Data de nascimento: 16 de setembro de 1971
Habilitações académicas: 9.º Ano de Escolaridade
Categoria Profissional: Assistente Operacional

Formação profissional:

Relações com o Público; Excel em Windows; Processamento de Texto do Word; Administração Pública — Direito e Deveres do funcionário; Curso de Condução Ativa e Defensiva; Curso de Segurança e Defesa Pessoal; Curso de Arvorado e Encarregado de Construções.

Experiência Profissional:

Desde julho de 2011, exerceu funções de motorista pessoal do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça;

De 30 de novembro de 2010 a julho de 2011, exerceu funções de motorista da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De novembro de 2009 a novembro de 2010, exerceu o cargo de motorista pessoal do Secretário de Estado da Justiça;

De março de 2007 a novembro de 2009, exerceu funções de motorista da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De setembro de 2004 a março de 2007, exerceu funções de motorista do Inspetor-Geral do Ministério da Justiça;

De maio de 1994 a setembro de 2004, exerceu funções de motorista do Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

De janeiro de 1993 a maio de 1994, exerceu funções de encarregado, no sector privado;

De março de 1991 a janeiro de 1993, exerceu funções de motorista do Almirante General das Forças Armadas.